

NOTAS DE LIVROS

JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TÔRRES: *A Libertação do Liberalismo* — 257 págs. — Coleção Gaivota, Livraria Editôra da Casa do Estudante do Brasil, Rio, 1950.

POUCOS anos antes da última guerra, na revista *Études*, um escritor católico — se bem me lembro, Alexandre Marc ou outro do grupo — propunha a substituição do termo “democracia” pela palavra “república” para, segundo êle, evitar confundir-se aquêle sistema político, que se deve assentar na justiça, com a “liberal-democracia”, sinônimo de capitalismo, que engendrara um rosário de opressões e desequilíbrios sociais incompatíveis com a dignidade humana.

Essa atitude foi bem típica de uma época em que a reação anti-liberal estava no auge.

Da mesma forma não deixa de ser muito significativo de uma nova sensibilidade política, que se acentua neste “pós-guerra”, o livro que acaba de escrever o escritor mineiro João Camilo de Oliveira Tôrres tentando, já não mais a mera substituição de termos, de resto inúqua, mas a própria reabilitação do liberalismo, através da análise expectral de seu conteúdo ideológico.

O livro se abre com uma invocação ao princípio da legitimidade do poder, ressaltado por Ferrero na trilogia final de sua obra de historiador, como único capaz de assegurar a paz entre os povos. Para o historiador italiano, a legitimidade do poder assenta-se em dois princípios, salvos da Revolução e incorporados definitivamente na civilização do Ocidente por um rei absolutista: o direito de oposição e a liberdade de sufrágio. Dois princípios que, aliás, se reduzem a um só, pois a liberdade de sufrágio pressupõe o direito de oposição e vice-versa.

No entanto, através da análise do sr. João Camilo de Oliveira Tôrres, foi duplo o legado da Revolução de 89, a saber: a liberdade e a igualdade.

O liberalismo para êle funda-se, assim, na liberdade, como atributo essencial da pessoa humana ou, no dizer de Laski como “the affirmation by an individual or group of his or its own essence”; e na igualdade que outra não é senão a justiça que, conforme o brocardo latino, atribui a cada um o que é seu.

Pouco importa, pois, que o liberalismo, nesta ou naquela situação histórica, neste ou naquêle país, se tenha ligado a outros pressupostos e condições emergentes que lhe alteraram e comprometeram a essência. “Liberalismo libertado” significa liberdade indi-

vidual e igualdade de direitos, esta através da justiça que dá a cada um segundo suas necessidades e possibilidades, e aquela expressa no conjunto de outras instituições da mesma natureza, que permite o seu pleno desenvolvimento.

O capitalismo terá sido para o Autor então um dos muitos equívocos e deformações a que esteve sujeito o liberalismo no curso da história. Um fenômeno de contingência igual ao laicismo, ao "laissez aller, laissez passer", êste mais do que aquêle tido como aforisma genuíno do comportamento do Estado liberal de oitocentos em face de questões de justiça social.

O autor atribui o mesmo valor de base a um e outro princípio que enunciou como legado da Revolução e fundamento do liberalismo: a liberdade e a igualdade são "a raiz e o vértice da democracia" e o fim da participação do povo no Governo, "na qualidade de origem próxima do poder", outra coisa não visa (págs. 113-114). Donde o seu pensamento evolui, com lógica, para considerar, em seguida, comprometida a essência do regime tôda a vez em que o exercício da liberdade venha a ofender o da igualdade e vice-versa. Os princípios da liberdade e da igualdade devem então assegurar-se mutuamente. E o Estado, cujo fim é o "bem comum", agirá no caso como "poder moderador", na acepção clássica de Benjamin Constant (pág. 115), intervindo sempre no sentido de estabelecer a democracia social:

"O papel do Estado na sociedade é o de servir de poder moderador, defendendo os interesses nacionais e os direitos dos homens quando atacados por particulares poderosos. O Estado não deve ser o órgão de defesa de uma classe, como pensava Marx, e sim a mão da justiça. O poder moderador, em suma" (pág. 209).

Em síntese, o fim do governo democrático, do "liberalismo libertado" (o binômio liberalismo-capitalismo foi apenas uma coincidência histórica (pág. 206) é assegurar dentro de uma democracia política, em que haja direito de oposição, opinião pública livremente manifestada na imprensa, nos parlamentos, nos comícios, a democracia econômica. É - justo o roteiro do trabalhismo inglês, pelo menos em sua técnica de ação, e isto não deixa de ser muito significativo partido de um pensador como o sr. João Camilo, que é católico, argumenta em todo o ensaio com a doutrina católica e que não esconde as suas simpatias pelo regime monárquico.

Se para Ruggiero o liberalismo econômico difere do liberalismo político como as espécies diferem do genus ("This economic liberalism, which was formulated with scientific precision by the classical school of English economists, differs from political liberalism as the species differs from the genus" — *Encyclopedia of social sciences* — Pág. 435), para o sr. João Camilo êle estará

sempre condicionado ao bem comum, sujeito, portanto, aos objetivos da igualdade de direitos e oportunidades, fim último do liberalismo político.

Estamos, realmente, em face de um liberal católico (até bem pouco tempo quem falasse nisso seria um heresiarca) para quem a propriedade privada, pessoal (não individual) é uma consequência do trabalho e um prolongamento necessário da personalidade (pág. 203-208), a "plus valia" um roubo e que reconhece ao Estado "o indeclinável dever de intervir na vida econômica" e até mesmo de monopolizar certas formas de atividades econômicas (pág. 241).

Fazendo ensaio ao mesmo tempo de discussão doutrinária e de análise histórica, o sr. João Camilo de Oliveira Tôres realiza trabalho de incontestável originalidade e atualidade.

Alguns capítulos que entremeiam o livro descem a particularidades das formas de govêrno, da função dos partidos na vida dos regimes democráticos, da planificação econômica, da previdência social, etc., e, em apêndice, encontramos outro capítulo sôbre a reforma agrária. A parte que o autor dedica à análise histórico-doutrinária das formas de govêrno é, de fato, de grande penetração. Sem embargo, não se pode concordar com êle quando, com argumentação muito brilhante sem dúvida, procura convencer sôbre a impossibilidade da coexistência de partidos nacionais em governos presidencialistas e muito menos nos sistemas federativos, deixando bem claro que só nas monarquias representativas de tipo parlamentar, como no caso da Inglaterra, países nórdicos, Países Baixos, poderemos encontrar aquêles organismos em perfeito funcionamento. A existência de um partido comunista, igual em idéias e táticas no mundo inteiro, a despeito de diferenças regionais, de sistemas políticos, de variedades culturais, é sem dúvida o maior desmentido às idéias esposadas pelo autor a êsse respeito. O que significa que a unidade doutrinária, a rigidez de disciplina, é que faz a unidade partidária, em que pesem todos os fatores contrários existentes. Assim, onde, como no Brasil e mesmo nos Estados Unidos, os partidos nacionais (falamos nos do "centro") possuem programas absolutamente semelhantes, sem qualquer conteúdo ideológico, êles não passarão de agremiações de interêsses mais ou menos ocasionais que sofrerão tôdas as injunções do localismo, assim como da estrutura econômica reinante.

Também no caso da incompatibilidade que o autor destaca entre a planificação econômica e a democracia, jungindo aquela sômente a regimes totalitários de tendências guerreiras, imperialistas, a conclusão não estará muito de acôrdo com os últimos acontecimentos. Ainda agora, por exemplo, a Organização Pan-americana está a braços com uma brilhante tentativa de planificação total, seguindo os

melhores métodos democráticos, na localidade de Viani, na Colômbia. É esta, sem dúvida, uma experiência apenas como outras que se realizam com o mesmo fim e as mesmas técnicas na Argentina, pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Tucuman, e noutros países do mundo. Mas, não deixa de ser uma perspectiva a desmentir a afirmação categórica do autor nesse sentido.

Livro de idéias de um pensador jovem, que sente em si tôdas as necessidades e aspirações da hora presente, lê-se êste magnifico ensaio do sr. João Camilo de Oliveira Tôrres, da primeira à última página, sempre com proveito. É realmente *A libertação do liberalismo* livro fecundo, que revela, ou melhor, confirma um dos nossos mais interessantes pensadores políticos, livro de quem, debruçado sobre a crise de nosso mundo, sabe meditar e analisar, às vêzes com impressionante lucidez e poder de convencimento. De certo modo, o "liberalismo libertado" do autor corresponderá às tendências atuais do novo organismo liberal, assinaladas por Ruggiero. Mas é evidente que as idéias sociais expostas vão mais longe que um liberal "tout court", ainda que dêste "pós-guerra", poderia desejar. A originalidade está justo neste ponto em que o autor procura conciliar o legado da Revolução com a doutrina social da igreja. É mais do que isto, nos interessantes tópicos em que concretiza o seu pensamento para uma realidade imediata. — CID REBÊLO HORTA.

VICTOR NUNES LEAL: *Coronelismo, enxada e voto — O Município e o regime representativo no Brasil* — 311 págs., Rio, 1949.

O livro de Victor Nunes Leal constitui boa contribuição para o esclarecimento de problemas brasileiros. É um ensaio que contém muita matéria para o estudo da história e da política, cuja leitura se recomenda não só aos interessados nessas ciências como a tôdas as pessoas que se preocupam pela nossa realidade como nação. Trata-se de obra objetiva, feita, de conformidade com princípio que deve presidir a pesquisa de ciência social, sem qualquer intromissão de julgamentos ou pontos de vista comprometidos. O autor só se preocupou "por compreender uma pequena parte dos nossos males", deixando a outros "a tarefa de indicar o remédio" (pág. 190).

O título, um tanto sensacionalista, sugere propaganda ou polémica; é certo que fica melhor ao livro o nome que teve, em 120 exemplares fora de comércio, para fins universitários, de *O município e o regime representativo no Brasil — Contribuição ao estudo*